



# Desinformação, Arma de Guerra em 1932

*Hernâni Donato\**

**Resumo:** Comunicação apresentada no simpósio comemorativo do 70º aniversário da eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, patrocinado pelo IGHMB e IHGB, no período de 10 a 12 de setembro de 2002. Aprecia o uso da desinformação, em diferentes aspectos, por ambos os contendores do conflito, bem-planejada, executada e sucedida na tarefa de isolar e intrigar os revoltosos face à comunidade nacional.

**Palavras-chave:** Desinformação, Revolução Constitucionalista de 1932, radiodifusão.

**D**esinformar, ensina o dicionário, “é informar mal; fornecer informações inverídicas”. Empregada como arma de guerra, a desinformação significa trabalhar a opinião pública de modo que esta, chamada a decidir sobre idéia, pessoa ou evento, ajuíze conforme o querer do desinformador.

Não se trata de novidade. É recurso tão antigo quanto os conflitos. Porém, no Brasil, raramente foi tão hábil e eficientemente engendrada e utilizada como em 1932, em favor do Governo Provisório. Contribuiu para circunscrever o âmbito da Revolução

Constitucionalista, inamistá-la em vastas áreas do país e favorecer a mobilização destinada a enfrentá-la.

Gente simples, recrutada ao norte e ao sul, entrou na luta acreditando combater estrangeiros que, tendo se apoderado do controle econômico de São Paulo, buscavam empalmar também o mando político. Isso faziam ajudados por alguns paulistas antigos, egoístas, rancorosos, vingativos, intencionando fazer do estado um país independente, hostil às áreas e às classes empobrecidas do Brasil.

Esses separatistas e os intrusos disfarçariam seus propósitos com o reclamar convocação de assembléia constituinte. Uns e outros deveriam ser combatidos sem piedade.

\* Professor Doutor, sócio honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.



Professor Doutor Hemâni Donato, presidente do honra do IHGSP, ao fazer a sua comunicação.

São inúmeros os depoimentos a respeito daquela atividade desinformadora e dos seus resultados.

O General Brazílio Taborda (*Alguns Episódios*) refere que o Coronel Apparício Borges

“(...) era meu amigo e nosso companheiro de ideal na Revolução de 32. Em Passo Fundo, quis levantar toda a Brigada Policial gaúcha em favor de São Paulo, só não o conseguindo por haver Getúlio mandado apregoar por todo o Rio Grande que São Paulo havia proclamado a sua independência. Esta foi a razão que levou seus companheiros a negarem-se ao levante. A informação de Getúlio foi tão apregoada (...) que Apparício acabou se convencendo de que era verdadeira e veio combater São Paulo.”

Oracy Nogueira reproduziu, na página 232 do seu livro *Negro Político – Político Negro*, mensagem deixada por sargento marinha no álbum fotográfico da família do baiano, preto, médico e senador esta-

dual paulista Alfredo Casemiro da Rocha, em cuja casa de Cunha se aboletara. Proclamou o marujo:

“(...) os paulistas que levantaram com armas em punho para sujar nossa história, com parte de constituição, enganando o brioso povo paulista a fim de separatismo, procura desmembrar o grande estado do nosso mapa. (...) Morte, gritamos de todo coração! Morte aos cabeças. Liberdade ao povo paulista. Viva o Brasil unido. Viva a Marinha brasileira.”

Um princípio de explicação para a facilidade no convencimento daquelas afirmativas comparece às páginas do livro *O Pequeno Exército Paulista*, de Dalmo de Abreu Dallari:

“Não foi difícil essa mobilização, uma vez que as lideranças de muitos estados já vinham sustentando que o acúmulo de riquezas em São Paulo é que determinava o atraso de outras regiões. Enfatizando esse argumento, passou-se a apresentar como separatista o movimento dos

paulistas, dizendo-se que São Paulo queria separar-se do Brasil, abandonando à própria sorte os demais estados.”

Separatismo, uma tecla. Invasão estrangeira, por fascistas e por comunistas, outra. Ambas emocionalizaram o sentir patriótico, especialmente do homem norte-nordestino.

Asseverou Glauco Carneiro em *História das Revoluções Brasileiras*:

“De todos os pontos do país tropas foram mandadas contra São Paulo, pretextando os interventores que seus estados lutariam contra os italianos residentes na terra bandeirante que pretendiam fundar ali uma colônia fascista às ordens de Mussolini. Pelo rádio e pelos jornais foram evocadas as confusões dos dias da Questão do Protocolo, quando conflitaram autoridades paulistanas e grupos descontrolados de italianos.”

A convocação patriótica para enfrentar estranhos teve em Manuel Ananias dos Santos um ardoroso aderente. Ele entrara, com disposição guerreira, para a história das lutas armadas, na jornada dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922. Dez anos depois, sendo sargento da Força Pública de Sergipe, foi expedido para a frente de luta. Mais tarde, declarou a Glauco Carneiro que a sua tropa combatera com a absoluta convicção de que enfrentava “estrangeiros que haviam assumido o controle de São Paulo, querendo desligá-lo da Federação, sendo a luta de Getúlio um esforço pela integração do poderoso estado do Brasil”.

Fica, pois, razoavelmente entendido o entusiasmo com que a tropa regular, os policiais, os recrutados no momento lançaram-

se contra as posições constitucionalistas. A eficiente propaganda alcançara transformar a campanha repressiva em cruzada patriótico-religiosa.

Religiosa, é certo. A ameaça do comunismo, com o seu cortejo de horrores descritos pelos coronéis sertanejos e pelos pregadores de púlpito (segundo a sua postura ao tempo), instrumentalizou muitos dos combatentes. Estes foram ao ataque animados pelo objetivo santificado de resgatar o povo irmão de São Paulo aos comunistas algozes da pátria, da religião, da família e então no poder estadual.

Vale, a respeito, o relato de Guilherme de Almeida a Paulo Nogueira Filho, em *A Guerra Cívica de 1932*. Reproduz a declaração de nordestino, sargento de tropa regular, aprisionado no setor de Cunha:

“O que o homem sustentava, com lucidez e tranquilidade, é que seus chefes lhe haviam explicado tudo, tudo, muito bem. Lutavam, ele e seus companheiros, contra a República Comunista de São Paulo, que ele sabia ter um presidente italiano chamado Matarazzo.”

Não faltou o ingrediente intriga no receituário da desinformação. Cartazes espalhados por Minas Gerais, Bahia, interior fluminense e Nordeste reproduziam a paulistíssima sigla MMDC, interpretando-a para o sertanejo: Mata Mineiro, Degola Carioca. Quantos acreditaram? É de se imaginar o espírito com que esses tomaram o fuzil.

Foi, portanto, planejada, bem-executada e melhor sucedida a tarefa de isolar o estado revolucionado e de exibi-lo à comunidade nacional sob luz adversa.

Porém, com que meios se alcançou tal resultado? Houve o palanque, a proclamação, o púlpito, o jornal, o alto-falante, o bocu-ouvido. Houve, principalmente, o rádio.

Até um rádio requintado. O gaúcho Baptista Pereira (*Diário da Capela*) registra que

"(...) uma propaganda maquiavélica mas inteligente desnaturava os intuitos de São Paulo, apontando-o como separatista e desprezador do resto do Brasil. Nos estados do Norte, rádios clandestinas emitiam discursos cujos *speakers* se anunciavam como paulistas da gema, discursos que não eram mais do que descabeladas verrinas contra os nortistas."

Desinformar também pode ser silenciar, omitir. Entre os êxitos desse tipo de guerra, resultou especialmente efetivo o de evitar que o País e o exterior tomassem conhecimento de que a idéia constitucionalista sustentada pelas armas não se restringia a São Paulo e a Mato Grosso do Sul atual (estado de Maracaju, naqueles dias), mas rompera qual metastase no Rio Grande do Sul, no Pará, no Amazonas, na Bahia, em pelo menos uma cidade de Minas Gerais e na Capital Federal em seguidos pronunciamentos populares. E isso em agosto, quando a sorte das operações militares travadas em solo paulista já se inclinara em favor do Governo Provisório.

Somente anos depois, e ainda assim nebulosamente, o Norte soube das correrias e combates no pampa gaúcho e os sulistas informaram-se sobre a morte, nas águas do Amazonas, de 64 artilheiros rebelados, do sacrifício de estudantes revoltados em Belém, da prisão de mais de setecentos sublevados nas faculdades de Salvador. O silêncio vigorou, evitando perplexidades e inter-

rogações dentro do País e, fora dele, a possibilidade de concessão do *status* de beligerância aos constitucionalistas. No entanto, foram 29 os combates travados fora do estado de São Paulo, reclamando a Constituição. Neles, do lado revoltado, morreram mais de quatrocentos homens. Admira que tal silêncio, absoluto em 1932, persista, só um pouco menos denso, em 2002.

Assim, tanto quanto nas trincheiras, a guerra foi travada no éter. Também aí os constitucionalistas atuaram em desvantagem. São Paulo dispunha de três estações de rádio: Record, Educadora e Cruzeiro do Sul. Mobilizadas à exaustão. Conheça-se a programação da Record, durante os meses de julho a agosto: das 2 às 4 horas, boletim retrospectivo; das 12 às 14, boletim número 1; das 16 às 18, boletim número 2; das 19 às 24, microfones à disposição das autoridades, de associações e personalidades de outros estados desejosos de fazerem-se ouvir, em defesa da Constituição, pelos co-estaduanos. E de muitos prestativos oradores.

Mencionar alguns desses oradores que se revezavam diariamente é incursionar a fundo no melhor da cultura brasileira: Monteiro Lobato, Cassiano Ricardo, Paulo Setúbal, Guilherme de Almeida, Alfredo Ellis Júnior, Cyro Costa, René Thiollier, os Alcântara Machado, Motta Filho, Orígenes Lessa, Vivaldo Coaracy, Antonieta Rudge, Guiomar Novais, Sousa Lima, Mignone, Marcelo Tupinambá, Camargo Guarnieri, Victor Brecheret, Gobis, Mugnaini, Lopes de Leão, Pedro Alexandrino, Segall, Badenes, Belmonte, Ibrahim Nobre.

Os nomes, brilhantes; o tempo concedido, generoso. Mas os canais apenas

três e a oratória perorante, catedrática, luminosa, ao nível mais alto da possível audiência. Do lado adverso, as dezenas de prefixos emitiam em linguajar destinado a fazer ranger os dentes dos que sabiam empunhar o fuzil ou se constituíam em público multiplicador. Vivaldo Coaracy, em artigo no *O Estado de S. Paulo*, resumiria a auto-crítica dos responsáveis pela difusão constitucionalista: "O rádio é uma admirável arma de guerra de que talvez não tenhamos sabido nos utilizar com toda a eficiência..."

O recadejar claro e direto dos técnicos em comunicação do governo getuliano obteve, junto às massas, maior efeito do que a oratória flamante daqueles nomes estelares da cátedra, da literatura, da música, da escultura, da pintura, da política, da religião, atuantes nos estúdios paulistanos. Tardamente, os revolucionários responsáveis aperceberam-se disso. Reagiram criando o Serviço de Publicidade, o qual, mantendo o estilo condoreiro, elaborou a mensagem segundo a fórmula do adversário: diminuto respeito à verdade.

Esse Serviço cuidou de responder às acusações mais graves feitas à Revolução. À de separatismo, contestava levando aos microfones filhos notáveis das unidades mais empenhadas ao lado de Vargas; às de comunização opunha declarações enfáticas do arcebispo, de bispos, líderes religiosos leigos; à de fascistização era contestada com depoimentos de milhares do Exército, notoriamente nacionalistas. Insistia em que a maioria da Força Pública, cerne do Exército Constitucionalista, era de soldados norte-nordestinos.

E, desinformação por desinformação, ocorreu em ambos os lados o recurso da

obstrução. Afonso Schmidt (*A Locomotiva*), que se conservou comunista que era, infenso ao apelo revoltoso, observou que, "no meio da barulheira da indução, avultava a interferência proposital das estações paulistanas, com o intuito de tornar impossível a recepção das mensagens cariocas".

Os litigantes também mandaram ao ar vozes clandestinas, falando em território adverso. Em São Paulo ficaram, mais atuantes do que expectantes, células tenentistas ligadas à Legião Revolucionária e ao PPP (Partido Popular Paulista). Embora lhassem as transmissões da Record, da Educadora e da Cruzeiro do Sul, desmentindo-as no ato, através de emissoras ocultas. No citado *A Locomotiva*, aprendemos que,

"(...) em certos pontos da cidade, funcionavam transmissores de rádio em permanente comunicação com o Rio de Janeiro. E tal serviço era tão perfeito que a polícia, disposta de todos os recursos técnicos, só conseguiu prender meia dúzia de aparelhos, assim mesmo abandonados pelos seus operadores, demonstrando que eles tinham sido avisados em hora oportuna, talvez por espões de tocaia na própria polícia revolucionária."

Outros grupos de desinformantes postavam-se junto aos sítios onde alto-falantes dilatavam a voz das rádios e nas bancas de jornais. Desmereciam o noticiário oficial, davam curso a boatos e a revelações.

A recíproca paulista da rádio clandestina funcionou principalmente no Rio de Janeiro, logo desde 13 de julho, operada por Paulo Yasbek e, ocasionalmen-

te, por não-paulistas, engenheiros, professores, o poeta gaúcho Felipe de Oliveira. Este foi preso e exilado por isso. A emissora mudava freqüentemente de local, chegando a transmitir de suíte no Copacabana Palace Hotel. Um código foi estruturado para transmitir informações militares fornecidas por elementos do Ministério da Guerra contrários à ditadura. Tal código, baseado em dicionário tcheco-português do qual, sabidamente, só havia dois exemplares no Brasil – um com Yasbek, no Rio, e o outro com seu irmão, em São Paulo. Um dia, Paulo conseguiu fazer-se incluir na comitiva do Ministro da Justiça em visita ao Sul, meter na bagagem oficial o necessário para montar estação clandestina e deixá-la operando: Rádio Constitucionalista de Porto Alegre. Informava e desinformava.

Mas desinformação pode também levar a resultados contrários aos programados. Reclama estudo mais profundo mas não pode deixar de ser considerado o item referente ao quanto terá custado à credibilidade da Revolução, entre o povo paulista, o desrespeito à verdade, os abusos noticiosos cometidos pelos orientadores do noticiário. Paulo Duarte (*Palmares pelo Avesso*) sintetizou esse exagero registrando que

“(...) o conjunto das notícias de guerra deve ser de um otimismo capaz de manter em calma e sem alarme a população, mas esses otimismo não devem chegar ao exagero ridículo que se via em todos os jornais (...) só a estupidez seria capaz do que se via em descrição de heroísmos e bravatas. (...) os jornais irri-

tam profundamente aqueles que estão na linha de fogo.”

E isso aconteceu, muito.

O empenho em desinformar está flagrantemente presente no texto do redator do *Correio de São Paulo*, ao descrever uma retirada nada gloriosa:

“Historiaremos hoje outro episódio que ficará em nossa história como fato que honrará nossa mocidade guerreira. Referimo-nos à marcha realizada de Apiaí à Xiririca por uma coluna constitucionalista (...).”

Até o leitor menos arguto, indo ao mapa ou conhecendo a geografia, dar-se-ia conta da exata natureza daquela operação. E não teria robustecida a certeza da vitória.

O cientista social Oracy Nogueira, voluntário no Batalhão de Caçadores Diocesanos, de Botucatu, depõe que rodando a unidade de seca a meca, praticamente desarmada e desmuniada, ainda assim foi mantida na convicção de que a guerra era um triunfo, até o dia da desmobilização, em face da derrota, em fins de setembro.

Pedro Brasil Bandecchi narrou que seu pai, com escritório na Praça Manuel da Nobrega, centro da cidade de São Paulo, postava-se ao pé da banca de jornais ali existente. E media o decrescer do ânimo popular à medida que a geografia teimava em desmentir, com a sucessão dos nomes das cidades evacuadas, as vitórias anunciadas nas manchetes.

Por duas formas – a do adversário e a própria – a Revolução Constitucionalista de 1932 foi combatida e ferida pela desinformação. O que pode ser uma lição válida para todos os tempos. 